



Perfil sociodemográfico das populações em territórios de exclusão e inclusão social

Ananda Brito Bastos

Mestranda, UNIFAP, Brasil
anandabritobastos.arq@gmail.com

José Francisco de Carvalho Ferreira

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil.
zcofer@unifap.br

Josimar da Silva Freitas

Professor Doutor, UNIFAP, Brasil
josimarfreitas55@gmail.com

RESUMO

Este estudo avalia as diferenças do perfil da população em territórios que apresentavam condições de exclusão e inclusão social no ano de 2010. Trata-se de uma pesquisa descritiva, baseada em dados quantitativos e métodos estatísticos e comparativos. O estudo debate sobre a exclusão social de cidades da Amazônia Brasileira, e o perfil da população que habita diferentes níveis de exclusão e inclusão social. Os resultados atestam que a população no nível mais extremo de exclusão era de homens (pardos, na faixa de 0 a 9 anos), cuja renda domiciliar não foi superior a 3 salários-mínimos. O melhor nível de inclusão social o perfil muda para mulheres, pardas, na faixa de 30 a 64 anos. Aqui, concluímos que na cidade de Macapá há grande presença feminina convivendo em territórios com níveis elevados de inclusão, e pessoas negras e pardas da população infanto-juvenil em condições de extrema exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade social. Perfil sociodemográfico. Cidades amazônicas.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da urbanização se mostra como um dos principais desafios ao desenvolvimento sustentável para vários países ao redor mundo. Dentre os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), as metas 10 e 11 dão ênfase à necessidade de criar condições para tornar os espaços urbanos mais sustentáveis e inclusivos, de maneira a reduzir as desigualdades sociais existentes nas cidades (EMBRAPA, 2018; IPEA, 2019).

Na qualidade de um fenômeno social múltiplo, a desigualdade descreve a situação estrutural duradoura de disputa na distribuição de recursos (concretos e abstratos) e acesso a oportunidades que independem das capacidades dos sujeitos sociais (VIEIRA et al., 2010). O termo está associado ao processo dialético da exclusão/inclusão social, complexo, multifacetado, envolvendo aspectos concretos e subjetivos, cuja análise deve contextualizar o espaço geográfico e o tempo ao qual se referem (SAWAIA, 2014; VIEIRA et al., 2010).

Devido à complexidade de avaliar como a exclusão social se manifesta no espaço físico, pesquisadores recorrem à construção de indicadores sociais, os quais permitem sintetizar as várias dimensões do processo de exclusão. No Brasil, os indicadores são uma ferramenta importante para o processo de tomada de decisão no setor público, de forma a orientar ações de diversas esferas do governo e as diferentes fases do planejamento urbano (MORAIS; LIMA, 2001).

Para Santos (2020, p.144), a realização da cidadania concreta depende do componente territorial, visto que o acesso a bens e serviços essenciais, depende da lógica capitalista e mercadológica, e “tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem”. O valor do indivíduo como cidadão depende de sua localização no território (SANTOS, 2020).

É importante entender as condições dos territórios de exclusão e inclusão, e conhecer o perfil da população nestes territórios. Muitas cidades brasileiras foram consolidadas a partir da lógica elitista, racista e patriarcal de suas estruturas sociais (MARICATO, 2021), cujas repercussões persistem na contemporaneidade (RIBEIRO; KOMATSU; MENEZES FILHO, 2020).

Conhecer as características das populações vulneráveis e as privilegiadas pelas condições sociais de seus territórios possibilitam definir setores prioritários para o

desenvolvimento de ações e políticas públicas. Nesse sentido, acreditamos que os resultados possam complementar outros estudos sobre a temática da exclusão social no caso das cidades amazônicas, no âmbito local e regional.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 2, apresentamos os objetivos da pesquisa. Na sessão 3, a metodologia, especificamente a área de estudo, o delineamento, os procedimentos e a análise dos dados. Na seção 4, mostramos os resultados e a discussão. Na sessão 5, demonstramos as conclusões.

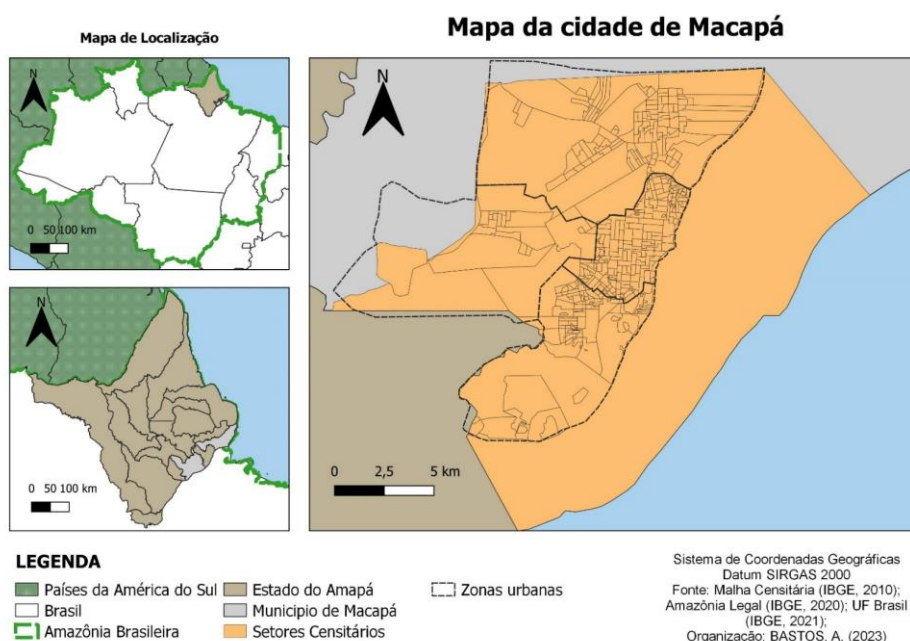
2 OBJETIVOS

Este estudo avalia as diferenças do perfil da população em territórios que apresentavam condições de exclusão e inclusão social, no ano de 2010. Especificamente: (1) mapear os territórios de exclusão e inclusão social; (2) verificar variáveis sociais que caracterizem o perfil da população; (3) descrever as características principais dos habitantes para cada classificação de exclusão e inclusão social.

3 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido considerando os limites dos setores censitários urbanos da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, na região norte do Brasil (Mapa 1). O município de Macapá concentra 442.933 habitantes (IBGE, 2022), com a maioria residindo em sua área urbana.

Mapa 1 – Localização da cidade de Macapá



Fonte: Autores, 2023.

Macapá é uma cidade brasileira de porte médio, a qual exerce influência político-econômica significativa na região setentrional da Amazônia brasileira, sobretudo, no caso dos demais municípios amapaenses e das ilhas paraenses (AMORIM; SANTOS, 2017). Devido sua posição como capital, a cidade apresenta benefícios em projetos de desenvolvimento local e regional.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, o método descritivo (VOLPATO, 2015) colaborou para caracterizar a população macapaense que habitava os territórios de exclusão e inclusão social, em 2010. Neste caso, o conjunto de variáveis sociais selecionadas não foram cruzadas, mas utilizadas para descrever características da população habitando territórios de exclusão ou inclusão.

O estudo foi desenvolvido em três etapas. Na etapa 1, foram coletados dados estatísticos e vetoriais do universo censitário da cidade de Macapá para o ano de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao todo foram analisados 432 setores censitários.

Para mapear as condições de exclusão e inclusão social em Macapá, a etapa 2 foi baseada no trabalho de Sposati (1996), ao passo de cooperar com o Índice de Exclusão/ Inclusão Social (IEX). Nas quatro categorias de utopia social (autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade), a definição de um Padrão de Referência de Inclusão (PRI) representa o ‘ponto de mutação’ em relação as condições sociais de inclusão e exclusão.

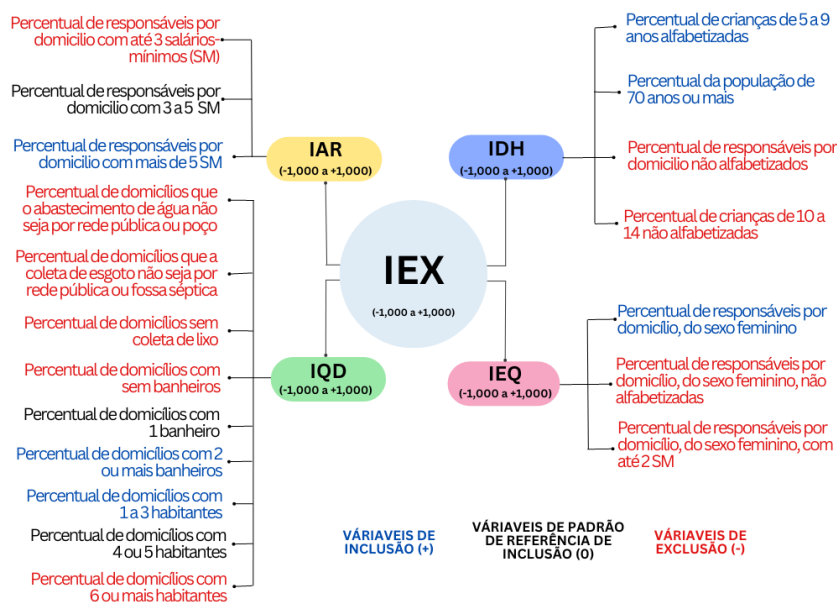
Adicionalmente, definimos que IEX de Macapá representa a síntese dos índices de autonomia de renda, desenvolvimento humano, qualidade domiciliar e equidade de gênero. O Índice de Autonomia de Renda (IAR), refere-se a autonomia financeira dos responsáveis por domicílios para suprir suas necessidades básicas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), relaciona-se aos indicadores e as condições de ensino e longevidade da população. O Índice de Qualidade de Domiciliar (IQD) alude aos indicadores de condições gerais de habitabilidade disponíveis aos indivíduos. E o Índice de Equidade (IEQ) relaciona-se a variáveis que indicam as diferenças de gênero (feminino).

A pesquisa também considerou as adaptações feitas por Genovez (2002) e Nascimento (2008), a partir do trabalho de Sposati (1996). Para aumentar a precisão estatística e possibilitar o uso de dados censitários, Genovez (2002) modificou o modelo matemático do IEX a partir da utilização de valores percentuais para mensurar indicadores exclusão (valores negativos), e de inclusão (valores positivos). O modelo da autora segue as seguintes etapas:

1. A soma separada dos percentuais acima e abaixo do PRI. Os percentuais acima indicam características de inclusão social e o valor numérico é positivo (VI). Já os percentuais abaixo do PRI representam características de exclusão e seus valores são considerados negativos (VE);
2. É realizada a diferença (D) de incidência percentual das variáveis de inclusão e exclusão social, assim: $D = VI - VE$;
3. A partir dos valores calculados, se obtém incidências percentuais positivas e negativas, sendo também identificado os valores máximos (V_{max}) e valores mínimos (V_{min});
4. O valor das incidências observadas como positivas são divididos pelo V_{max} , enquanto os valores negativos são divididos pelo V_{min} em módulo.

Após o tratamento das variáveis brutas foram criados 19 indicadores, cujas variáveis representavam condições de exclusão (negativa), inclusão (positivas) ou o PRI, o qual foi desconsiderado do cálculo por ser matematicamente representado pelo valor zero. Em seguida, estes indicadores foram agregados as quatro categorias de utopia social e sintetizados no valor do IEX (Figura 1), cuja escala varia de -1 a +1.

Figura 1 – Esquema da construção do IEX para Macapá



Fonte: Autores, 2023.

Posteriormente, estes valores foram georreferenciados a partir dos dados vetoriais da Malha Censitária de Macapá para 2010. Para determinar o nível das condições de exclusão e incluso social, foi replicada a escala de quatro classes para exclusão e outras quatro para inclusão, classificação de Nascimento (2008) (Quadro 1).

Quadro 1- Escalas de classificação do IEX

Condição Geral	Níveis	Valor do Índice	Cor
Exclusão Social	Alta	-1,000 a -0,750	Vermelho
	Média Alta	-0,750 a -0,500	Laranja Escuro
	Média Baixa	-0,500 a -0,250	Laranja Claro
	Baixa	-0,250 a 0,000	Amarelo Claro
Inclusão Social	Baixa	0,000 a 0,250	Verde Claro
	Média Baixa	0,250 a 0,500	Verde
	Média Alta	0,500 a 0,750	Azul Esverdeado
	Alta	0,750 a 1,000	Azul Escuro

Fonte: Nascimento, 2008. Adaptação dos autores, 2023.

Na etapa 3, foram selecionadas variáveis demográficas que indicavam características da população residente, dos moradores de domicílios particulares permanentes (DPP) e dos domicílios. As variáveis selecionadas foram: o total residente, sexo, cor/raça, idade, total de

domicílios particulares permanentes, tipo de domicílio, forma de ocupação do domicílio e a renda domiciliar.

O total de moradores por domicílio particular permanente é diferente do total de pessoas residentes. Isto porque nesta última categoria o IBGE desconsidera as pessoas residentes em domicílios considerados coletivos. A inclusão das instituições ou estabelecimentos se tornou restrita a normas de subordinação administrativa (IBGE, 2010).

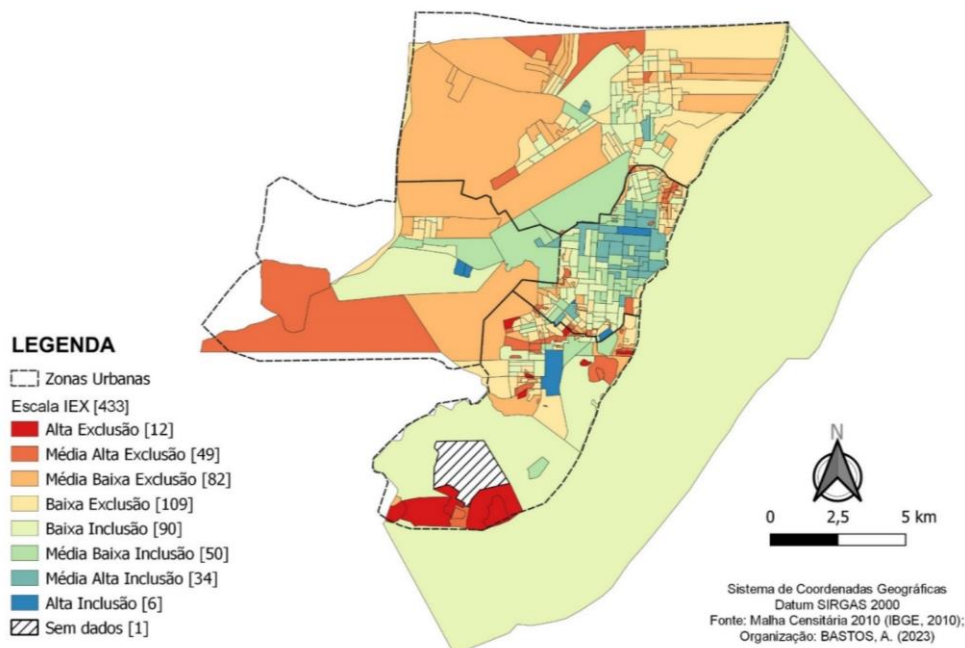
O estudo possui abordagem quantitativa e se baseou em métodos estatísticos e comparativos, sobretudo, na análise da distribuição percentual das características da população de acordo com as classificações do IEX para cada setor censitário. Os resultados obtidos foram ilustrados através de mapa e gráficos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em condições gerais, os habitantes em territórios de exclusão (-1,000 a 0) e inclusão social (0 a 1,000) apresentaram características semelhantes, em 2010. Considerando a variável da população residente, em ambos os casos as características predominantemente eram do sexo feminino e autodeclaradas pardas, sendo a principal diferença a faixa de idade. Já a variável de moradores de DPP mostrou que moradores de domicílios do tipo casa e na condição de ocupação própria predominaram em todas as classes da escala de IEX. Apesar deste ser o perfil predominante, as variações significativas nas características da população depende da escala de classificação do IEX.

A configuração espacial do IEX (Mapa 2) de exclusão social (2010) foi expressa em 58,2% dos setores censitários, a maioria localizados na zona Sul macapaense, de modo a abranger todos os setores classificados com Alta Exclusão Social.

Mapa 2 – Índice de Exclusão/ Inclusão Social de Macapá (2010)



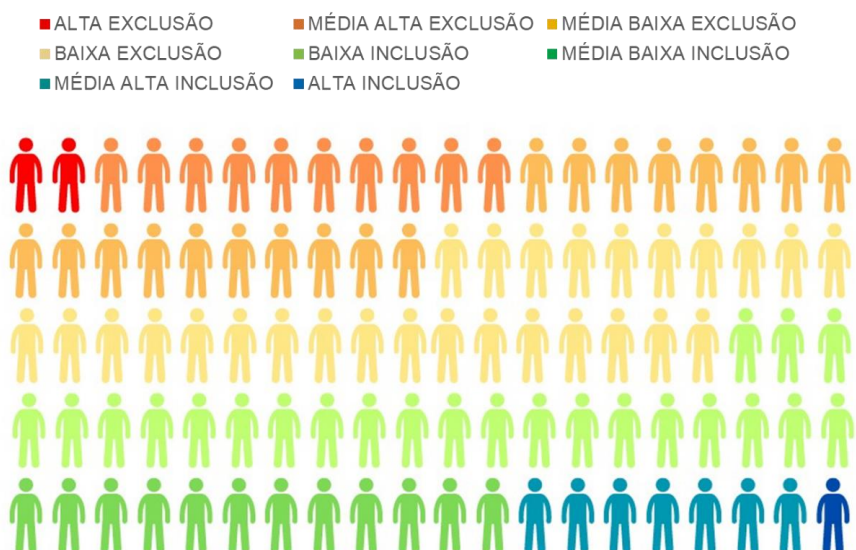
Fonte: Autores, 2023.

Os setores de inclusão social se concentravam na zona Centro-Leste. A Alta Inclusão representava 1,4% dos setores urbanos de Macapá, e estava distribuída nas zonas Centro-Leste, Sul e Oeste. A zona Norte não apresenta Alta Inclusão, porém havia setores classificados com Média Alta Inclusão Social.

O modo como a exclusão e inclusão social se configurou na cidade de Macapá em 2010 se relaciona com a maneira em que a cidade foi estruturada na época do Território Federal do Amapá (TFA) (1944-1988). A consolidação da infraestrutura urbana do que viria a ser a zona Centro-Leste e o processo de ocupação urbana após a estadualização do Amapá em 1988, ocorreu com surgimento de loteamentos públicos e intensificação da ocupação de áreas alagadas conhecidas como ressacas (SILVA, 2017).

Com relação a distribuição da população nesses territórios de exclusão ou inclusão, a maioria da população (57,4%) habitava em setores classificados com algum grau de exclusão social, em 2010 (Figura 2). Essas áreas eram mais densamente habitadas por unidades familiares com 6 ou mais integrantes, de maneira a indicar exclusão para a densidade domiciliar.

Figura 2 – Infográfico da distribuição da população residente de acordo com os níveis do IEX (2010)



Fonte: Autores, 2023.

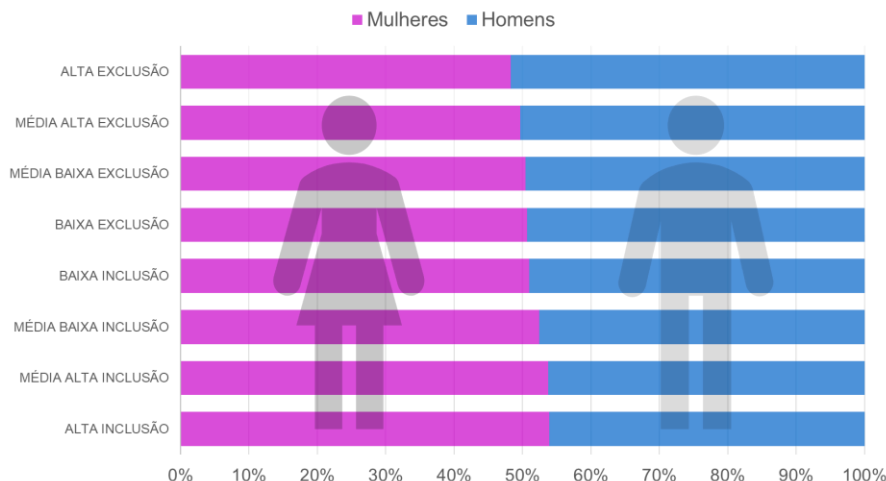
Os habitantes de setores de Alta Exclusão representavam 2,4% da população residente, enquanto apenas 0,9% habitavam setores de Alta Inclusão Social. Em geral, quase metade da população estava condicionada as faixas próximas ao liminar de inclusão social, e entre a Baixa Exclusão (26,5%) e a Baixa Inclusão (23,2%). Isto aponta para o cenário de instabilidade social no território de Macapá, e o entendimento da precariedade na integração social da maioria da população macapaense (MARTINS, 2007).

Na distribuição da população por sexo não houve diferenças muito significativas na proporção de homens e mulheres por classificação do IEX (Gráfico 1). As diferenças entre o percentual de homens e mulheres variou entre 0,9% e 7,8%, de forma a mostrar o crescimento na proporção de mulheres em relação as melhores condições de inclusão social.

Enquanto homens representavam o maior percentual da população na faixa de Alta Exclusão (51,7%), na Alta Inclusão as mulheres foram predominantes (53,9%). Esta diferença

pode ter relação com a variável de inclusão para o IEQ, que indica como característica positiva a proporção de mulheres em condição de responsável por domicílio.

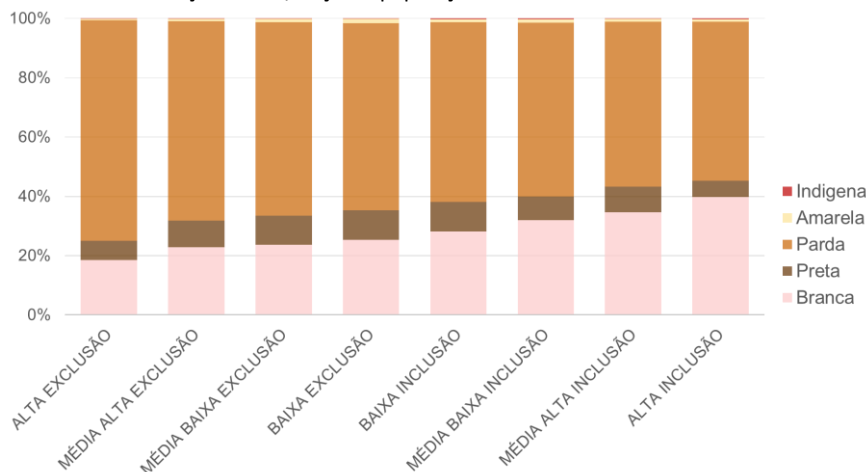
Gráfico 1 – Distribuição do sexo da população residente de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

No caso da variável cor/ raça da população, os macapaenses eram predominantemente autodeclarados pardos (Gráfico 2), o que também se refletiu em todas as classificações do IEX. Ademais, houve diferenças significativas no acesso as melhores condições sociais considerando esta variável.

Gráfico 2 – Distribuição da cor/ raça da população residente de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

Quando comparadas a proporção da população por cor/raça, as condições gerais de exclusão e inclusão, a proporção de brancos foi predominante na inclusão (30,5%), enquanto o percentual de pessoas pretas (9,6%), pardas (65,0%) e amarelas (1,2%) ocorreu na exclusão social. Por sua vez, à proporção de indígenas foi maior na inclusão social (0,24%).

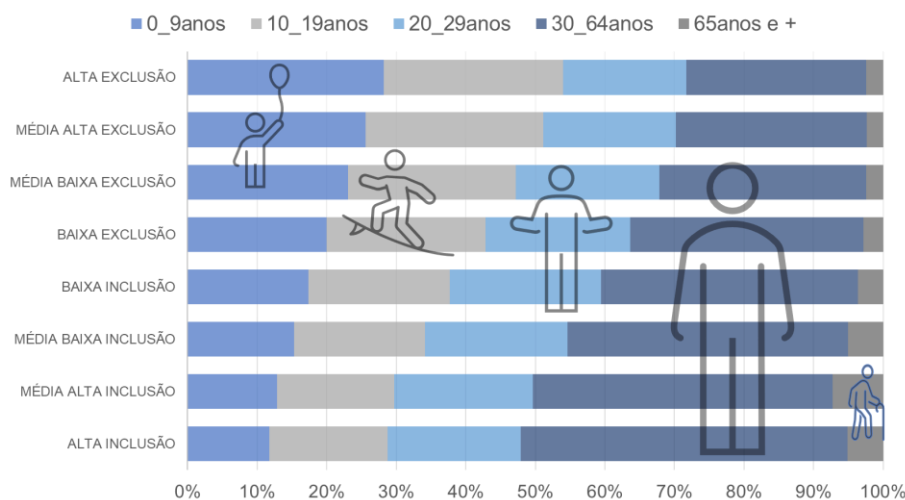
Estas diferenças ficam mais nítidas quando comparadas a distribuição da população por escala de classificação do IEX, ao passo de a proporção de brancos crescer à medida que as

condições sociais melhoraram, sendo maior na classe de Alta Inclusão Social (39,9%). Por outro lado, o percentual de pessoas autodeclaradas pretas (10,0%) e amarelas (1,4%) foi maior na classe de Baixa Exclusão Social, e o de pessoas pardas, na Alta Exclusão (74,3%). No caso da população indígena, o maior percentual estava na classificação de Média Baixa Inclusão (0,29%).

Assim, como outras cidades brasileiras, o desenvolvimento urbano macapaense seguiu o caráter centralizador e excludente do desenvolvimento urbano brasileiro (MARICATO, 2021), que implicitamente replica práticas racistas. Para os limites da cidade, o processo de remanejamento de descendentes dos colonos macapaenses foram de maioria mestiços, enquanto suas casas foram demolidas para dar espaço para construções públicas e habitações dos servidores do TFA (SILVA, 2017).

Na variável, idade da população, o aumento da idade populacional em relação as melhores condições sociais (Gráfico 3). A população de crianças (0 a 9 anos) e adolescentes (10 a 19 anos) estavam em maior proporção em territórios de exclusão social, representando 22,3% e 23,9% da população excluída.

Gráfico 3 – Distribuição da idade da população residente de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

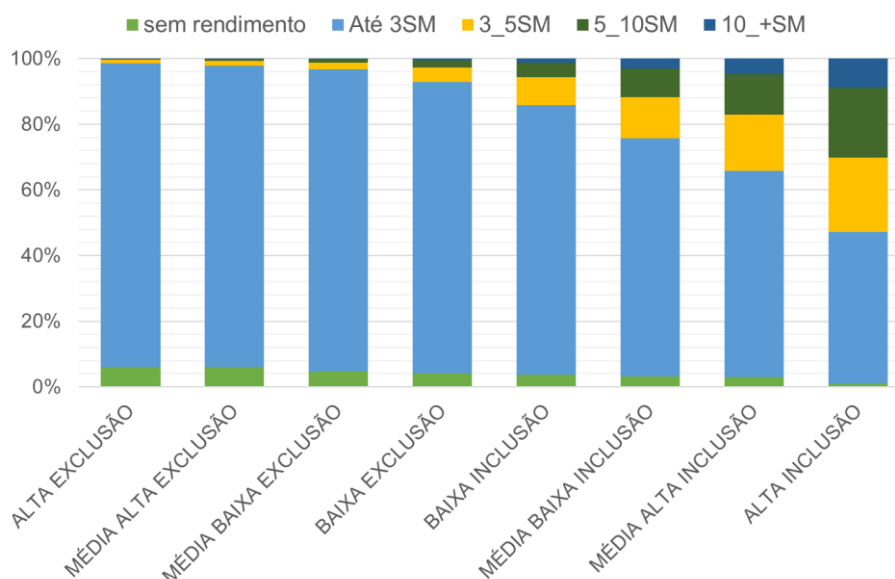
Os resultados indicam tanto a situação de alta vulnerabilidade da população infanto-juvenil macapaense, como o fato de territórios com melhores condições terem menos crianças e adolescentes. Conforme o Núcleo Ciência pela Infância - NCPI (2022), as desigualdades sociais no Brasil apresentam efeitos devastadores na população infanto-juvenil, sobretudo, na primeira infância, com efeitos que podem durar por gerações.

Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations International Children's Emergency Fund) - UNICEF sobre a infância e adolescência na Amazônia Brasileira demonstram que meninos e meninas da região têm maior risco de morrer antes de 1 ano, e não completar o ensino fundamental. Além disso, estão mais suscetíveis as mais variadas formas de violência, incluindo abuso físico, exploração sexual, trabalho infantil e homicídio (UNICEF, 2018).

De acordo com os resultados, dos 90.597 domicílios particulares permanentes recenseados em 2010, 44,8% estavam localizados em territórios de inclusão, e 55,2% em territórios de exclusão social. A maior proporção classificada como Baixa Exclusão (26,0%) e a

menor de Alta Inclusão (1,1%). Constatamos nas escalas de exclusão, que a distribuição da renda per capita destes domicílios por faixas de IEX foram caracterizada por domicílios com até 3 Salários-mínimos (SM) (Gráfico 4). A partir da Baixa Inclusão o percentual de domicílios de até 3 SM diminuiu, enquanto faixas de renda mais elevadas aumentaram.

Gráfico 6 – Distribuição da renda domiciliar per capita, em SM, de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX

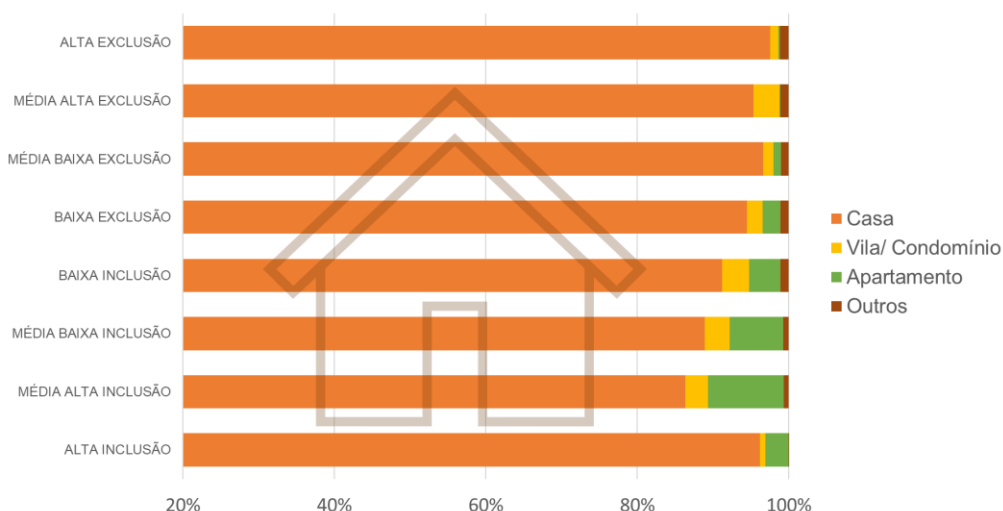


Fonte: Autores, 2023.

A renda domiciliar de Macapá não ultrapassa 3 salários-mínimos, em razão da dependência do trabalho formal com o funcionalismo público, algo que também ocorre em outras cidades amazônicas (BECKER, 2013). Por outro lado, a maioria da população urbana se sustenta por meio do trabalho informal, contudo, não é suficiente para garantir a renda domiciliar necessária para suprir necessidades básicas.

Confirmamos que os domicílios particulares permanentes (casa) foram predominantes em todas as classes de avaliação do IEX (Gráfico 5). O percentual de moradores da tipologia de vila/condomínio foi expressivo, sendo maior na de Baixa Inclusão (3,6%).

Gráfico 5 – Distribuição do tipo de domicílio dos moradores de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

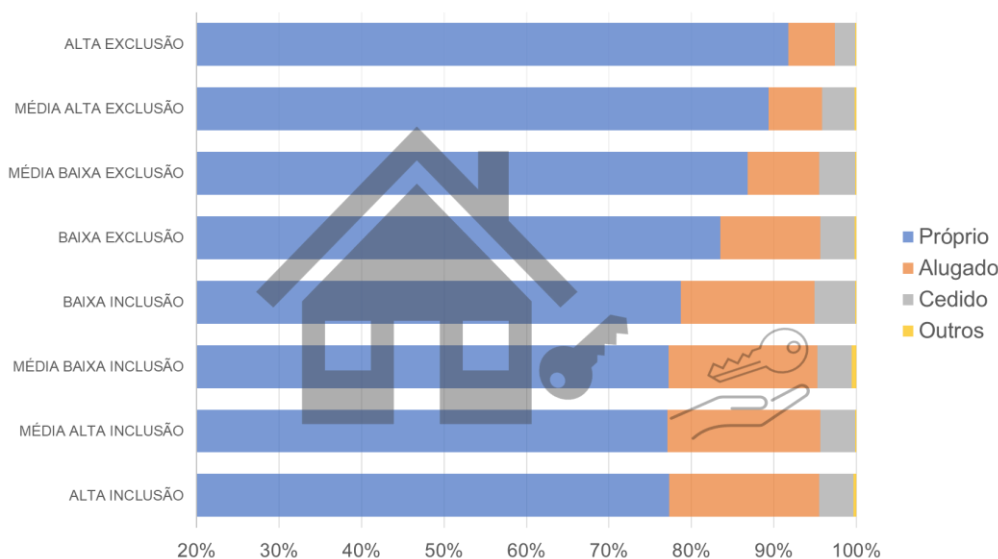
Notamos que a partir da faixa de Média Baixa Exclusão, o crescimento na proporção de moradores de domicílios do tipo apartamento foi maior percentual na faixa de Média Alta Inclusão (10,0%). Por outro lado, a proporção de moradores do tipo vila/condomínio e apartamento diminuiu consideravelmente na Alta Inclusão, sendo ‘casa’ a tipologia dos domicílios com 97,5% dos moradores nesta faixa.

A predominância de domicílios do tipo casa em 2010 ocorreu em razão dos dados serem de período anterior a fase de crescimento do setor imobiliário macapaense, o que culminou no aumento de prédios de apartamentos (no Centro-Leste) e condomínios residenciais (nas demais zonas urbanas), na década seguinte (SILVA, 2017).

Conforme Tostes (2016), a intensificação do processo de verticalização da área central de Macapá foi motivada pela especulação imobiliária. Contudo, não há compatibilidade entre o crescimento de novos edifícios e os demais serviços, que abrangem a relação com a cidade de Macapá. Futuramente podem desencadear diversos problemas, principalmente, a mobilidade e saneamento urbano (TOSTES, 2016).

Ademais, as condições de ocupação dos moradores (Gráfico 6), domicílios qualificados como próprios foram predominantes em todas as faixas de avaliação do IEX. Entretanto, o crescimento na proporção de moradores de domicílios alugados seguiu em paralelo com a melhora das condições de inclusão social.

Gráfico 6 – Distribuição das condições de ocupação dos moradores de domicílios particulares permanentes de acordo com os níveis do IEX



Fonte: Autores, 2023.

Na faixa de Alta Inclusão, 18,1% dos moradores ocupam domicílios alugados, enquanto na Alta Exclusão esse percentual diminui para 5,6%. Possivelmente, estes resultados têm relação tanto com a variável IAR, como na disponibilidade de imóveis para aluguel, de maneira que existe maior proporção em bairros valorizados, em razão da disponibilidade de emprego e de serviços básicos (VIÉGAS, 2018).

5 CONCLUSÕES

Constatamos a instabilidade social de parte considerável da população macapaense, e as diferenças significativas do perfil sociodemográfico nos níveis de exclusão e inclusão. Em 2010, o perfil sociodemográfico dos habitantes de territórios de exclusão extrema foram: habitantes do sexo masculino de raça/cor parda (0 a 9 anos), moradores de domicílio do tipo casa com renda domiciliar de até 3 salários-mínimos. O nível mais alto de inclusão foi do sexo feminino, com faixa etária de 30 a 64 anos.

Aqui, concluímos que na cidade de Macapá há grande presença feminina convivendo em territórios com níveis elevados de inclusão, e pessoas negras e pardas da população infanto-juvenil em condições de extrema exclusão.

Os efeitos causados pelas múltiplas situações de exclusão social de crianças e adolescentes podem ser perpetuados por gerações. Adicionalmente, mais da metade da população macapaense está próximo ao limiar de inclusão, o que reforça os desafios do Estado e sociedade em reduzir os índices de desigualdades sociodemográficas.

RECOMENDAÇÕES

É necessário a implementação de instrumentos, ferramentas e indicadores que possibilitem o melhoramento social a cidade de Macapá. Essa medida auxilia as políticas públicas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade, e a produção de aprofundamento técnico-científico nas cidades amazônicas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio das seguintes agências de fomento: CAPES/FAPEAP. O primeiro autor é financiado pela bolsa nº 88887.645962/2021-00, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, J. P. A.; SANTOS, R. V. A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 49, abril-jun., 2017, pp. 210-226.
- BECKER, B. K. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Grammond, 2013.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGRÍPECUÁRIA – EMBRAPA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e comunidades sustentáveis**: Contribuições da Embrapa. Brasília, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/185789/1/ODS-11-Cidades-e-comunidades-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Agenda pela Infância e Adolescência na Amazônia**. 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/1131/file/Agenda_pela_infancia_e_adolescencia_na_Amazonia.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.
- GENOVEZ, P. C. **Território e desigualdade**: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto. 220 f. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São Jose dos Campos: INPE, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Cadernos ODS**: ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9327/1/Cadernos_ODS_Objetoivo_10_Reduzir%20a%20desigualdade%20dentro%20dos%20pa%C3%ADses%20e%20entre%20eles.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/#/home>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. 2013. Reimpressão, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 121 – 192.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- MORAIS, M. P.; LIMA, R. Indicadores Urbanos como Instrumentos de Gestão e Formulação de Políticas Públicas. **Revista de Administração Municipal**. 2001, p. 1-9.

NASCIMENTO, E. **Espaço e desigualdades**: Mapeamento e análise da dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR). Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia. 176 f. Mestrado em Gestão do Território, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR: 2008.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA – NCPI. **Estudo 9**: Impactos da desigualdade na primeira infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022. Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2023/02/NCPI_WP9_Impacto_das_desigualdades_na_primeira_infancia.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

RIBEIRO, B. C.; KOMATSU, B. K.; MENEZES FILHOS, N. A. Diferenciais Salariais por Raça e Gênero para Formados em Escolas Públicas ou Privadas. **Policy Paper**, n. 45, Centro de Gestão de Políticas Públicas. Insper. jul, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Policy-Paper-45.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2023.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: Ed. USP, 2020.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA B. (org). **As artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014, p. 7 – 13.

SILVA, E. A. C. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade**: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá – Amapá. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2017.

SPOSATI, A. **Mapa de exclusão/inclusão da cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora PUC-SP, 1996.

TOSTES, J. A. O avanço da verticalização na cidade de Macapá. [Macapá] 02 dez. 2016. Blogger. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2016/12/o-avanco-da-verticalizacao-na-cidade-de.html>. Acesso em: 05 set. 2023.

VIÉGAS, H. O preço do direito à moradia: Análise de valoração dos aluguéis residenciais no mercado imobiliário macapaense. In: Semana de Arquitetura e Urbanismo, 6., 2018, Macapá. **Anais [...]**. Macapá: UNIFAP, 2018. P. 1-3. Disponível em: <https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/VI%C3%89GAS-HARIFE.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.

VIEIRA, A. B.; FURINI, L. A.; NUNES, M.; LIBÓRIO, R. M. C. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, E. R.; GUIMARÃES, R. B. (orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 33 -58.

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. Ensaio. **RECIIS**: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. v. 9, n. 1, jan-mar, 2015. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/932>. Acesso em: 25 jun. 2022.